

**PASCHOAL CARLOS MAGNO:  
CONFLUÊNCIAS POLÍTICAS E CULTURAIS NOS ANOS 60**

Miriane da Costa Peregrino<sup>1</sup>

**Resumo:** A trajetória de Paschoal Carlos Magno (1906-1980) é marcada por uma forte aproximação da vida cultural e política do Brasil. Os diversos projetos culturais que realizou revelam um homem dinâmico, próximo da juventude e das classes artística e estudantil, e, também, um homem intimamente ligado com o poder, capaz de conseguir financiamentos desde Vargas até os presidentes do regime militar, convergindo cultura e política. O presente artigo foi desenvolvido com base no trabalho de pesquisa e organização do Acervo Paschoal Carlos Magno, que realizei no Cedoc/Funarte, das séries documentais deste acervo: Homem de Cultura, Estudante Perpétuo, Político, Diplomata, Família PCM e Documentos Pessoais. Através dos documentos desse acervo procurei mapear as estratégias de Paschoal para realizar seus projetos.

**Palavras-chave:** Paschoal Carlos Magno, Caravana da Cultura, Política Cultural, Funarte.

Paschoal Carlos Magno (1906-1980) é lembrado, muitas vezes, como um homem de teatro, mas ele foi, sobretudo, um homem da cultura, e ainda, um homem da política e diplomacia. Fazendo um balanço dos seus 70 anos, Paschoal (PCM) declarou em entrevista à Revista ZH<sup>2</sup>: “Os bens que eu tinha eram de sonhos, passeio-os pros outros em outras formas de sonhos”. É dessa forma poética que PCM recorda uma série de ações culturais que até então realizou no Brasil: fundação do Teatro do Estudante do Brasil/TEB, vinculado à Casa do Estudante do Brasil/CEB; fundação do Teatro Duse; a realização dos Festivais Nacionais de Teatro do Estudante/FNTE; a inauguração da Aldeia de Arcozelo, que seria uma espécie de universidade para as artes no Brasil, em 1965; e ainda as Caravanas da Cultura, a Campanha de Assistência aos Estudantes/CASES, em 1957, enquanto ele era Oficial de Gabinete da Presidência da República, no Governo Juscelino Kubitschek/JK (1956-1961), a Barca da Cultura, em 1975, sob o patrocínio do Ministério da Educação e Cultura. Se por um lado esses projetos culturais revelam um homem dinâmico, próximo da juventude e das classes artística e estudantil; por outro, também revelam um homem intimamente ligado com o poder, sendo capaz de conseguir financiamentos desde Vargas até o regime militar.

<sup>1</sup> Bolsista de Mestrado da CAPES. Mestranda em Literatura Brasileira na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: miperegrino@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Entrevista a Juarez Fonseca na Revista ZH, Porto Alegre, 15 maio 1976.



Os poucos estudos desenvolvidos sobre Paschoal, o volume documental pouco explorado de seu arquivo pessoal, seu papel e sua movimentação na cena brasileira justificam essa proposta de estudo. Além disso, trabalhei no Cedoc/Funarte na elaboração de um quadro de arranjo para o arquivo de Paschoal, descrição e inventário de diversas séries documentais (PEREGRINO, 2010a). Num primeiro momento, tendo oportunidade de conhecê-lo na intimidade de seus registros, de suas fotos e papéis, sofri do mal que persegue todos os pesquisadores que se deparam com os arquivos pessoais - cai nas “malhas do feitiço” (GOMES, 1998). Depois, contudo, tratei de desfazer parte do encanto exercido por esse arquivo privado à fim de propor um estudo sobre Paschoal, problematizando suas ações.

O arquivo pessoal de Paschoal, sob a custódia do Centro de Documentação e Informação em Arte da Fundação Nacional de Arte, Cedoc/Funarte, é minha principal fonte de pesquisa, pois poucos trabalhos foram publicados sobre PCM. A crítica teatral, Luiza Barreto Leite falou sobre isso em *Depoimentos II*:

Eu tinha sobre o Paschoal uma coletânea de artigos, artigos escritos sobre ele. Mais de mil. Ia publicar no Ministério da Educação ou aqui, pelo SNT. *Ele os levou para casa, queria selecionar os melhores. Pois bem, me devolveu seis ou sete. O resto sumiu. Agora, eu pergunto a ele pelo meu livro, pela minha pesquisa. Até hoje ninguém escreveu um livro sobre o Paschoal. Ele escreveu um livro sobre si mesmo, mas é um livro depressivo, pois o Paschoal, quando fala de sua obra, é depressivo. E assim ele vai deixar para o futuro a impressão de que foi um homem triste, quando isso não é verdade. Não me acuso nem me perdôo é um livro triste e pelo o que Paschoal fez, ele não pode ser um frustrado. (LEITE In Funarte/SNT, 1977, p. 167, grifos meus).*

Diante do depoimento de Leite, podemos apontar Paschoal como um ideólogo da própria vida (BOURDIEU, 1996). PCM inegavelmente selecionou elementos de sua vida e de sua atuação profissional para construir uma imagem ideal. Ele fez isso ao escrever seus textos autobiográficos, ao cuidar da acumulação e guarda de seu arquivo pessoal e até mesmo procurando censurar a produção de terceiros sobre sua pessoa, como nos mostra o depoimento de Luiza B. Leite. PCM tentou criar uma narrativa totalizadora e coerente de sua vida. Os originais do livro *Pequena História do Teatro Duse* (1973), de autoria de Orlanda Carlos Magno, depositado no Cedoc/Funarte, mostram várias alterações feitas por Paschoal.

No seu conjunto, os documentos de seu arquivo pessoal se relacionam com diversas atividades de Paschoal tais como escritor, jornalista, teatrólogo, homem de cultura, diplomata e político. Além disso, o contexto histórico e social é constante, sendo possível recuperar aspectos do Estado Novo, da II Guerra Mundial, do Governo JK, enfim, da história do Brasil e também mundial.

O Teatro Duse (1952-1956) é um bom exemplo de cultura e memória<sup>3</sup>. Em 1977, Paschoal propõe ao MEC a criação do Museu do Teatro do Estudante. Para isso, venderia ao ministério sua casa e todo o seu acervo, mas o MEC não aceitou e Paschoal vendeu a residência para uma empresa da Bélgica. O Teatro Duse continuou suas atividades em Arcozelo e o acervo foi transferido para este local<sup>4</sup>. Com esse episódio verificamos que Paschoal, como um homem de cultura, também era um homem de memória e procurou arquivar, para além de sua própria vida, a vida cultural do país.

Seu arquivo pessoal, com mais de 30 mil documentos textuais, dá conta não só de documento pessoais, mas também de documentos institucionais do Teatro Duse. Há ainda documentos institucionais de órgãos aos quais PCM foi vinculado, isso porque homens que exercem atividades públicas muitas vezes se sentem donos dos documentos produzidos. E Paschoal não fugiu a esta regra. Com a venda da casa de Santa Tereza, a Aldeia de Arcozelo, virou o último reduto do acervo de Paschoal que foi transferido e vêm sendo tratado no Cedoc/Funarte desde 2006. Obviamente, o acervo também compreende documentos de/sobre a Aldeia e a Fundação João Filho Pinheiro, criadas por Paschoal. Não tão óbvio é o conjunto documental da Família Carlos Magno, que também compõe esse acervo privado. A casa de Santa Tereza era a principal residência de PCM no Brasil. Com a morte de seu pai, Sr. Nicolau, em 1936, Paschoal progressivamente passa a cuidar de sua mãe, D. Filomena e suas irmãs - Rosa, Orlanda e Aurora. Documentos de parentes e agregados foram acumulados e somam-se aos documentos do próprio Paschoal.

O conjunto de cartas enviada para a família tem também um conteúdo muito rico e apontam as estratégias de Paschoal não só para obter financiamentos para seus projetos culturais mas também conseguir nomeações e promoções no Ministério de Relações Exteriores/MRE. É importante observar que durante todo o tempo em que esteve no exterior devido ao serviço diplomático, Paschoal soube se fazer notícia nos meios de comunicação do Brasil. Além disso, PCM atuou como crítico teatral durante quase quinze anos no *Correio da Manhã* (1946-1960).

As cartas de Paschoal para o pai, Sr. Nicolau Carlos Magno, nos anos 30, mostram também essas articulações. A correspondência apresenta os primeiros anos de PCM na carreira diplomática na Inglaterra. Nessas cartas, Paschoal dá instruções ao pai

<sup>3</sup> Depois de vinte apresentações no Teatro Duse, a peça *Os cordeiros de Deus*, de Lauro Gomes foi proibida pela censura em 75. Na década de 70, Paschoal fez várias declarações contra a censura, vastamente registrada em seu arquivo no Cedoc/Funarte.

<sup>4</sup> O Teatro Duse reabre em Santa Tereza em outubro de 1984, quando o Instituto Nacional de Artes Cênicas/Inacen compra a casa de Paschoal Carlos Magno. Na reinauguração foi promovida uma "Vigília artística recordando Paschoal", sob organização do antigo Inacen.

para que ele faça pessoalmente pedidos de promoção do filho junto ao Itamaraty. Paschoal queria ser promovido a cônsul de 3ª classe e alegava que outros funcionários com “pistolão” e menos mérito já tinham obtido promoção<sup>5</sup>. Com a morte do Sr. Nicolau, em 1936, é a irmã Orlanda quem herda a função de auxiliar Paschoal<sup>6</sup>.

Numa carta de 20 de novembro de 1936, Paschoal conta para a irmã seu desejo de se libertar do emprego para trabalhar no que gosta: teatro, as artes em geral. Com o tempo, no entanto, Paschoal vai aprendendo como movimentar sua posição de diplomata a favor de seus interesses e gostos, realizando palestras sobre o teatro no Brasil, publicando livros e mesmo adaptando projetos culturais que teve conhecimento no exterior. A vasta correspondência entre Paschoal e Orlanda, nos fornece informações sobre um Paschoal articulador e também promotor de um autorretrato. Nessas cartas, Paschoal sempre solicita que a irmã lhe remeta jornais e revistas do Brasil, especialmente sobre teatro, procurando manter-se bem informado do cotidiano brasileiro, e dos bastidores políticos. Outro aspecto importante, é que ele dá diretrizes precisas a Orlanda sobre onde ir e com quem falar para conseguir financiamentos ou mesmo promoções ou remoções para Paschoal. São 138 documentos (cartas, postais e telegramas) que dão conta dos primeiros anos de Paschoal na carreira diplomática, da trajetória do Teatro Duse e sua relação com o TEB e a CEB, além da vida privada dos Carlos Magno (saúde de familiares, administração financeira, reforma de imóveis, etc). Além disso, estão documentadas as decisões administrativas tomadas por PCM e executadas por Orlanda, tanto da vida privada quanto profissional de Paschoal.

Orlanda, pelo amor de deus não fique atordoada e nem me atordoe. Só pude mandar 200 dólares e ainda assim emprestados (...). Use os 20 recebidos pelo Duse, que o teatro já me deve muito mais. E venda a geladeira que o Duse ganhou. Pode vender. Com o tempo compro outra. (...)

Deve ter saído hoje um artigo sobre o terceiro aniversário do Duse. Ana Amélia vai ficar irritada. Se telefonar você lhe diga: “Ana Amélia, eu sou simplesmente uma operária da obra de meu irmão, a quem o Brasil deve esse grande movimento nacional a favor do teatro e da cultura da mocidade brasileira. A ele você se deve dirigir. O Duse, conforme está no seu estatuto, no último artigo diz, que continuará a ser abrigo do Teatro do Estudante enquanto esse não tiver casa própria...”. Estão todos os livros do Duse em ordem? Não se descuide.

Semana que vêm mando-lhe ei as cem cartas para a campanha das cem poltronas. Eu não confio em gerais e em mais ninguém. Se não entrar em cena é bobagem. P. (Carta de PCM a Orlanda, [1955]).

---

<sup>5</sup> Verificamos na carta de 02 de agosto de 1940, de PCM a sua mãe, D. Filomena, que Paschoal ainda estava lutando por sua promoção a cônsul de 3ª classe.

<sup>6</sup> Outra irmã que auxilia Paschoal é Rosa Carlos Magno. Rosa cuida do figurino do Duse, enquanto Orlanda é a diretora. Rosa foi a guia responsável pelos estudantes durante a *Viagem à Europa*, promovida por Paschoal em 1956. A correspondência entre ambos é pequena e versa sobretudo sobre essa viagem.

A transcrição acima é um bom exemplo da relação de cumplicidade entre os irmãos, além de indicar problemas financeiros que sempre estariam preocupando-os.

A correspondência com instituições e artistas nos apontam as redes de sociabilidade de Paschoal e a forma como se articula para realizar seus projetos. Dentre os missivistas destacamos: Othon Bastos, Julian Bech, Cacilda Becker, Hermilo Borba Filho, Sérgio Cardoso, Maria Della Costa, Bibi Ferreira, Procópio Ferreira, Luiza Barreto Leite, Sábado Magaldi, Bárbara Heliadora, e outros.

### **O enredo paschoalino nos anos 60**

É hora de nos debruçar sobre a trajetória de Paschoal nos anos 60, mapeando suas ações, projetos e estratégias de articulação nesse complexo período, trabalhando com a hipótese de convergência de interesses e políticas. Nosso recorte cronológico o período entre 1958 e 1969, ou seja, indo da realização do I FNTE e da doação da Fazenda de Arcozelo, culminando na primeira campanha pró-Aldeia. A relação cultural e política vêm aqui esquematizada em ordem cronológica, evidenciando projetos culturais realizados em contextos governamentais específicos.

O contexto histórico dos anos 60 é bem conhecido. A inauguração de Brasília como nova capital federal, a queda de Jango, a instauração da Ditadura Militar (1964-1985) e seu endurecimento são alguns pontos fundamentais. Diante deste conhecido cenário, algumas questões se impõem: Como o eterno “Estudante Perpétuo do Brasil” (título concedido à PCM pela UNE, 1956) se posicionou diante das sucessivas medidas repressoras do regime militar contra os estudantes, em especial o AI 5, de 1968? Como funcionou a CEB nesse período? Como se movimentava Paschoal com seus projetos culturais nesta turbulenta cena política? Paschoal conseguiu sustentar suas atividades teatrais? Se conseguiu, foi a partir de que articulações e estratégias, uma vez que a protagonista da política nacional de cultura era o patrimônio histórico edificado em detrimento de qualquer atividade que pudesse possibilitar debate e crítica, como, em geral o teatro estimula? Como reagiu as pressões e censura do Estado contra o teatro?

Na agenda dos governos militares (1964-1984) o teatro devia ser vigiado, pois era sempre um instrumento que podia ferir a *segurança nacional* e, enquanto expressão cultural, não havia muita convicção de seu papel para o *desenvolvimento nacional*. Ao teatro, de modo geral, eram impostas fortes limitações<sup>7</sup>. Assim, é de meu interesse investigar como Paschoal se relaciona com os governos que sucedem a presidência de Juscelino Kubistchek (1956-1961): Jânio Quadros (1961), João Goulart (1961-1964), os

<sup>7</sup> Nesse período o protagonista das políticas culturais era o patrimônio histórico cultural, como podemos observar na atuação do Conselho Federal de Cultura/CFC e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN. (PEREGRINO, 2009).

governos militares dos generais Castello Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969) e parte do governo de Emilio Médici (1969-1974).

Já dissemos que Paschoal exerceu o cargo de Oficial de Gabinete da Presidência da República (1956-1961), no Governo JK. Neste governo, Paschoal destacou sua ação no projeto Campanha de Assistência aos Estudantes/CASES, programa assistencial e cultural aos estudantes. A CASES forma o dossiê mais detalhado dos projetos JK no arquivo, contendo um total de 156 documentos que dão conta de sua criação, instituição e atividades entre 1957 e 1965, bem como pedidos, greves estudantis, centros culturais, a Campanha Nacional de Merenda Escolar, entre outros.

Em 1958, se dão dois acontecimentos cruciais: Paschoal conhece a Fazenda de Arcozelo e realiza o I Festival Nacional de Teatro de Estudantes. Paschoal visita o Hotel Fazenda de Arcozelo, na região do vale do café do estado do Rio de Janeiro e tem a ideia de fazer ali um centro de artes. A fazenda pertencia a família de um colega do Gabinete da Presidência da República e Paschoal não teve dúvidas: foi pedir a doação do imóvel para o Teatro Duse. Nasce daí *A Aldeia*.

Após o I Festival Nacional de Teatro de Estudantes, os *Festivais Nacionais de Teatro de Estudantes/FNTEs*, ocorreram de modo regular três anos seguidos: 58, 59, 60. Todos os festivais (1958 a 1975) foram de idealização de Paschoal e a lista de patrocinadores mostra como ele conseguiu se articular para realizar esses eventos. Alguns órgãos como o MRE, por exemplo, embora não patrocinassem os Festivais, colaboravam através da concessão de prêmios. Paschoal convidava figuras de destaque nacional para participarem da comissão julgadora e/ou júri dos festivais, personalidades como Patrícia Galvão, Sábato Magaldi, Henriette Morineau, Josué Montello, Hermilo Borba Filho, Eneida, Dinah Silveira de Queiroz, Glauce Rocha, Luiza B. Leite e outros.

O I *Festival Nacional de Teatro de Estudantes*, foi realizado em julho de 58, na cidade de Recife/PE, e contou com a participação de cerca de 20 grupos teatrais. No que diz respeito às premiações, é interesse destacar que o Presidente JK ofereceu ao ganhador do Prêmio de Melhor Diretor uma viagem à Europa e bolsa de estudos. O ganhador foi B. de Paiva com a peça *Zé do Pato* (A vida de José do Patrocínio). Na mesma categoria, Antonio Abujamra foi premiado com um cheque de dez mil cruzeiros oferecidos pela USP, bolsa de estudos pelo governo da França e passagens à Europa pelo governo brasileiro.

Já o II *Festival Nacional de Teatro de Estudantes*, ocorreu em julho de 59, em Santos/SP, e contou com a participação de 39 grupos teatrais. Foi aberto em cerimônia

presidida pelo então Ministro Pedro Calmon, representando o Presidente da República. Viagens a diversos lugares do Brasil foram concedidas como prêmios oferecidos pelo *Correio da Manhã* em colaboração com o Lóide Aéreo. Os ganhadores deviam dar récitas das peças levadas no Festival e as rendas seriam revertidas em benefício de restaurantes e Teatro de Estudantes, o que ilustra um certo retorno social e educativo da atividade teatral. Os participantes oriundos do Norte e do Nordeste foram transportados pelo Navio *Ari Parreiras*, da Marinha de Guerra. E no fim do Festival, um trem especial foi colocado à disposição dos participantes pela Rede Ferroviária Federal, os participantes dirigiram-se a São Paulo e depois ao Rio de Janeiro. O uso desse trem talvez tenha sido precursor da ideia de Paschoal de promover o *Trem da Cultura*, depois convertida em *Caravana*, em 62.

O *III Festival Nacional de Teatro de Estudantes*, foi realizado em julho de 60, em Brasília e teve 25 grupos teatrais participantes. Para além de contar com o patrocínio da Presidência da República, o festival foi inaugurado pelo Presidente Kubitschek e único prêmio concedido foi dos participantes conhecerem a nova capital federal do país.

Depois das apresentações em Brasília, Paschoal promoveu dois movimentos fundamentais que terão destaque neste artigo: os grupos participantes foram divididos em *Caravanas de Cultura* e fizeram um percurso pelo interior de outras cidades, apresentando peças de teatro e outras atividades artísticas. Os participantes dividiram-se em quatro caravanas: uma percorreu Goiás e Minas até alcançar Belo Horizonte; outra, depois de visitar o Triângulo Mineiro, atravessou uma área do Estado do Rio de Janeiro; as outras duas percorreram vasta região do Estado de São Paulo. Mas todas as Caravanas se encontraram na fazenda de Arcozelo, onde Paschoal criaria a sua *Aldeia*, onde descansaram durante três dias. Identificamos aqui a primeira confluência cultural empreendida por Paschoal nos anos 60.

Aí encontramos a origem da *Caravana de Cultura*, pois a *Caravana* que seria realizada sob o patrocínio do CNC foi apenas a 2a *Caravana da Cultura*<sup>8</sup>, uma vez que ambas, a de 62 e a de 60, durante o III FNTE, foram idealizadas por Paschoal, com características comuns. A realização da Caravana da Cultura via o CNC apenas reafirma nosso argumento de que Paschoal soube, mais uma vez, aproveitar seu vínculo institucional para viabilizar seus projetos culturais, convergindo política e cultura.

---

<sup>8</sup> Paschoal idealizou vários projetos a partir de modelos europeus, como o Teatro do Estudante do Brasil (inspirado no teatro universitário inglês), o *Trem da Cultura* e a *Caravana da Cultura*. Ver: Gazeta de Sergipe, 26 jan. 1964, Acervo Paschoal Carlos Magno, CEDOC/ Funarte.

É ainda em 60, que Paschoal é substituído por Van Jafa no *Correio da Manhã*. A CEB realiza um almoço em homenagem a Paschoal, formalizando a saída dele do *Correio da Manhã*, após 14 anos de crítica. Nos anos 60, esse é um dos poucos momentos que o nome de PCM se liga à CEB. Em 69, em comemoração dos 40 anos da Casa, a contribuição de Paschoal para sua fundação é relembrada.

Em janeiro de 1961, antes de deixar a Presidência da República, JK promove Paschoal a Embaixador. Encerrava-se um período áureo para Paschoal (e também para JK). A realização dos próximos FNTEs, por exemplo, seria mais difícil. Mas os festivais, que reuni os teatro de estudantes de todo o país (sonho desenvolvido a partir da criação do TEB, na CEB) assim como as caravanas, representavam os projetos culturais de um homem que procurou executá-los na história brasileira, ultrapassando as instituições e atravessando os governos, fossem quais fossem.

Com a saída de JK e posse de Jânio, Paschoal permanece no Brasil à disposição do Ministério da Educação e Cultura/MEC, mas sem atividade que o animasse. Uma situação confusa tem início quando Jânio cria o CNC através do Decreto n. 50.293, de 23 de fevereiro de 1961, pois esse órgão já existia e fora instituído por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. O Decreto n. 526 de 01 de julho de 1938, que cria o CNC ainda estava vigente quando Quadros institui o novo decreto de criação.

No meio dessa confusão, Mário Pedrosa assume a secretaria-geral do CNC. Especialmente após a renúncia de Pedrosa, os jornais perguntavam porque Jânio não colocava Paschoal nessa função. Afirmavam que um homem com a energia de Paschoal não podia ficar parado, dessem-lhe um cargo interessante no Brasil ou que o mandassem para o exterior. Os jornais alegavam que Jânio tinha certa implicância por Paschoal, pois em sua época de vereador pela Câmara do D.F., Paschoal fizera anedotas sobre ele, pegando até mesmo emprestada a moda da vassoura. Para os jornais da época isso explicava a resistência de Jânio em nomear Paschoal para o CNC. Mas a querela não dura muito, Jânio, por outras questões, acaba renunciando.

Em janeiro de 1962, Paschoal organiza e dirige o *IV Festival Nacional de Teatro de Estudantes*, em Porto Alegre/RS, com a participação de cerca de 29 grupos teatrais. O festival foi aberto pelo então Ministro, Oliveira Brito e com as presenças do Governador Leonel Brizola e do Reitor Eliseu Pagioli. Dentre os patrocinadores destacamos o Conselho Nacional de Cultura/CNC, pois, no mês seguinte, Paschoal foi nomeado seu secretário. Nas categorias melhor diretor e melhor atriz foram concedidas bolsas de estudos pelo governo da França.

Como o IV FNTE não ocorreu com a mesma regularidade que a dos três primeiros festivais e talvez já prevendo futuras dificuldades, surgiu durante o IV FNTE a ideia da criação de uma Fundação Nacional do Teatro do Estudante, com a finalidade de, entre outras, custear anualmente a realização dos festivais, com verba própria. No entanto, não encontrei registros que confirmem a criação desta fundação e as dificuldades das próximas edições do festival (1968, 1971 e 1975) parecem indicar que o projeto realmente não se concretizou.

Em fevereiro de 1962, o então Presidente da República, João Goulart, nomeia Paschoal secretário-geral do CNC. Em seu arquivo pessoal, PCM reuniu documentos sobre a criação do CNC em 1938, no Estado Novo, sua criação e reorganização em 1961, pelo então Presidente da República Jânio Quadros - época em que Mário Pedrosa ocupava o cargo de secretário-geral- e também do período de seu sucessor na secretaria-geral, Murilo Miranda.

O desconhecimento do CNC por Jânio Quadros indica que esse órgão estava na prática desativado ou funcionando com poucos recursos, de qualquer modo, sem visibilidade. Carlos Drummond de Andrade, nomeado por Jânio para a comissão de Literatura do CNC, fez duras críticas ao órgão e acabou pedindo sua exoneração<sup>9</sup>: “... em um órgão como esse, desejoso de atuação descompromissada, não terá autoridade ou se chocará com a orientação governamental”, e mais adiante, “...pedi exoneração do Conselho. *Acho inútil minha presença lá, e duvido da eficiência desse órgão*”. (ANDRADE, 1985, p.129, *grifos meus*). Sobre a situação do órgão o relato do próprio Paschoal é bastante expressivo:

Enfrentei nesses meses de exercício, todas as dificuldades de um departamento pobre de recursos financeiros e pessoal. (...)

*Este Conselho*, criado em 1938, por Decreto-lei pelo Presidente Getúlio Vargas, *nunca foi olhado seriamente. Existiu, desde então, em papel. Ressuscitado em 1961*, por um decreto do Presidente Jânio Quadros (...). O atual Governo [de Jango] o devolveu à sua forma primitiva, legalizando-lhe a situação. (...)

O CNC não pode simplesmente ser um órgão de consulta, alienado da massa. (...)

Padecendo de uma organização anômala, como já observei, *o Ministério da Educação e Cultura vem desenvolvendo toda a sua ação no campo educacional. Esquecendo-se mesmo da inconveniência de desligar a educação da cultura, já que àquela não existe sem esta*. (Ofício 360/62, de 20 ago. 1962. Acervo Paschoal Carlos Magno, CEDOC/Funarte, *grifos meus*).

<sup>9</sup> Outros conselheiros também pedem exoneração. No arquivo de Paschoal, localizamos uma lista de “Sugestões para membros do CNC”, provavelmente produzida devido a exoneração de diversos conselheiros: Para a Comissão Nacional de Literatura eram indicados os nomes de Afrânio Coutinho ou Josué Montello, Augusto Meyer, Carlos Drummond de Andrade, Antonio Candido, Rachel de Queiroz, Otto Maria Carpeaux, João Cabral de Mello Neto e Antonio Callado; para a Comissão Nacional de Música e Dança, Francisco Mignone; para a Comissão Nacional de Artes Plásticas, Flávio de Aquino. É interessante observar que alguns desses nomes serão confirmado mais tarde, quando da criação do Conselho Federal de Cultura, em 1966.

No trecho acima, Paschoal não faz apenas um desabafo, expressa sua concepção de cultura à medida que indica que ela deve caminhar ao lado das políticas educacionais. Diante desses problemas, contudo, Paschoal não desanima e encontra meios para viabilizar seus projetos. Na reunião do Conselho Nacional de Cultura, realizada em Brasília em 29 de agosto de 1963, vemos que Paschoal está em movimento, conseguindo mais poderes para a sua secretaria:

A Secretaria Geral fica devidamente autorizada, dentro dos limitados recursos que dispõe o CNC a auxiliar conjuntos orquestrais, corais, grupos de teatro de Brasília ou não, assim como patrocinar exposições de artes plásticas, artesanato, lançamento de livros, assim como oferecer prêmios e torneios de arte e cultura de crianças e adolescente. (Ata de Reunião/CNC, 29 ago. 1963).

Em sua atuação no CNC, Paschoal foi além do cargo de secretário-geral, encaminhando e executando projetos culturais. Paralelamente ao organograma do CNC, Paschoal criou o organograma da sua própria secretaria, montando sua equipe de assessores em diversas áreas culturais: Sálvio de Oliveira/Assessoria-geral; Flávio D'Aquino/Artes Plásticas; Paulo Sérgio Hime/Ciências Sociais; Geraldo Queiroz/Cinema; Nilson Pena/Dança; Roberto Ribeiro/Edições; Zoraima N. Porto/Educação; Sebastião Fogaça França/Imprensa; Léo Gilson Ribeiro/ Literatura; Mozart de Araújo/Música e Luíza Barreto Leite/Teatro. Também faziam parte da Secretaria-geral Armando Nicolau Pinto Martins/Secretaria e Orlanda Carlos Magno/Seção de Registro. Esse grupo era formado por gente de confiança de Paschoal: Orlanda Carlos Magno dispensa apresentação; Armando Nicolau Pinto Martins, também conhecido como Armando Carlos Magno, era sobrinho de Paschoal, filho de Rosa; e sabemos que Sálvio e Luíza B. Leite eram frutos dos movimentos teatrais de PCM.

As Comissões parecem ter existido à sombra de Paschoal, ou pelo menos, tiveram atuação muito distinta das Câmaras que formavam o CFC, órgão implantado em 66, em substituição ao CNC. Não encontrei, nem no arquivo de Paschoal e nem no Arquivo CNC/MinC, documentos que confirmem a atuação dessas Comissões, suas atividades e propostas, o que em certa medida confirma a afirmação de Josué Montello, então Presidente do CFC, de que “o antigo Conselho Nacional de Cultura praticamente não existia” se considerarmos o longo período de invisibilidade do órgão e a escassez de documentos sobre a atuação de suas Comissões. Obviamente, esperava-se mais movimento de um Conselho com seis comissões, formadas por cerca de 5 membros cada uma, ou seja, com um total de 30 conselheiros, além de ter uma secretaria-geral. Não sabemos se a escassez de documentos sobre o CNC, apesar de sua longa existência entre 1938 a 1966, é resultado de pouca atuação ou atuação não registrada ou mesmo de

registros perdidos (ou ainda a conjugação destes fatores!). O que sabemos com certeza é que entre 62 e 64, embora a atuação das comissões do CNC continue quase inexpressiva, o que se via não “era apenas uma sala, um secretário e um telefone”, como ainda disse Montello. A complexa secretaria-geral organizada por Paschoal movimentou o CNC, talvez desempenhando até mesmo o papel que se esperava das comissões. (MONTELLO, *In Revista CULTURA*, n. 4, 1967, p. 153).

Como dissemos, a 1ª *Caravana da Cultura* foi realizada no fechamento do III FNTE, em 60. Por essa ocasião, cada grupo de teatro ficou 24 horas numa cidade, realizando espetáculos gratuitos para adultos e crianças. Em muitas cidades foi decretado feriado municipal e os participantes da Caravana eram chamados de *Bandeirantes do Teatro*. (CHIARADIA & MOTTA, 2000, p. 34).

Assim, podemos inferir que como secretário-geral do CNC, Paschoal viabiliza mais um projeto cultural, com ampliação das manifestações culturais apresentadas - teatro, pintura, literatura, etc. A *Caravana da Cultura* foi planejada por PCM por volta de 1963 e realizada em janeiro de 1964, quando diversos elementos artísticos percorreram cerca de 18 cidades, através de cinco estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas. Segundo jornais da época, foi chamada pelo próprio João Goulart, então Presidente da República, de “Caravana da Unidade Nacional”<sup>10</sup>. Em torno da *Caravana da Cultura*, PCM aglomerou diversos artistas - tais como Beatriz Consuelo, Sérgio Cardoso, Carlos Eduardo Prates - e grupos - tais como o Teatro do Estudante do Paraná, Conjunto Folclórico Gaúcho, Escola de Educação Física da Força Pública de São Paulo e Quinteto de Sopros Villa-Lobos. Além de apresentações, a *Caravana da Cultura* levava livros para as bibliotecas das cidades que percorria, doados pelo CNC e pelo Instituto Nacional do Livro/INL, bem como discos para emissoras de rádio. Foram coordenadores da Caravana, Sálvio de Oliveira e Orlanda Carlos Magno, antigos companheiros de PCM no Teatro Duse e que faziam parte da secretaria-geral do CNC, sob organização de Paschoal. Vale lembrar que a *Caravana da Cultura* foi uma

---

<sup>10</sup> Ao molde da *Caravana da Cultura*, a *Barca da Cultura* teve a participação de vários artistas e grupos que percorreram cerca de 55 cidades ribeirinhas do norte e nordeste, entre fevereiro e março, sendo também chamada de barca da “unidade nacional”, dessa vez pelos militares no poder. Dentre os participantes, constam a Orquestra de Câmara da CEB, o Teatro da Universidade Federal de Juiz de Fora (Grupo Divulgação), Teatro do Estudante do Paraná, a cantora Maria Domicia, o Grupo Folclórico da Guanabara, Coral da Universidade Gama Filho, a Comunidade de Incentivo à Arte Cinematográfica/CINECAM, o maestro Carlos Eduardo Prates, entre outros. Há registros de que essa “Barca” inspirou outras iniciativas culturais, integrando o *Movimento Cultural Paschoal Carlos Magno*, e teve desdobramentos, tais como a Barca de Cultura da Amazônia, Barca da Cultura Ajuricaba (também na Amazônia), Circo da Cultura (RN) e até mesmo o Trem da Cultura, anunciado em 74 e realizado no ano seguinte, no Rio Grande do Sul. Além das Bandeiras da Cultura, que percorreriam os mesmos caminhos que Bernardo Saião e Borba Gato, pelo interior do país. (PEREGRINO, 2010a e 2010b).

adaptação de PCM ao projeto *Trem da Cultura* (como vimos a experiência de trem remonta ao II FNTE) que transportaria os artistas num trem de seis vagões, mas o pedido fora indeferido em diversas instâncias, inclusive pela rede ferroviária nacional. (Acervo Paschoal Carlos Magno, CEDOC/ Funarte).

A Caravana era um meio de difundir a cultura num país de dimensões continentais e de desigualdades brutais. Esta, no entanto, não era uma proposta de Paschoal que começava no CNC, era uma proposta cujas raízes remontam a sua concepção de teatro, por exemplo, ações inclusive realizadas nos FNTEs. Era, ainda, uma necessidade que Paschoal deve ter sentido com força em sua *Viagem ao Norte/Nordeste*, em 1929, quando divulgava a criação da CEB e incentiva a criação de Casas Estaduais de Estudantes. Mais tarde incentivaria a criação dos teatros de estudantes nos estados, que rendeu frutos em diversos lugares do país. Paschoal era a favor de uma descentralização do teatro e das artes, embora na prática ele próprio agia como centro, como vemos em muitos de seus projetos. É certo, contudo, que Paschoal não realizaria seus projetos sozinho. Ele tinha carisma e seduzia estudantes e artistas para sua causa. Pequenos loucos, contagiados pelas ideias quixotescas de Paschoal.

Em 1964, Paschoal preparava a 2ª etapa da *Caravana da Cultura*<sup>11</sup> e pretendendo ampliá-la até o estado de Pernambuco e utilizando aviões cedidos pela FAB. Com o golpe civil-militar em abril de 1964, no entanto, o projeto fica engavetado. Meses depois, Paschoal pede exoneração do CNC e solicita sua recondução ao Itamaraty. Segundo Chiaradia & Motta (2000, p. 35), Paschoal se desligou porque “considerava sua orientação aos problemas da cultura incompatível com a do MEC”.

Afastado do MEC por iniciativa própria e prestes a se aposentar do MRE, Paschoal concentrou-se na inauguração da *A Aldeia*, instalada no então Distrito de Paty de Alferes, pertencente ao município de Vassouras/RJ<sup>12</sup>. Idealizada por PCM para ser praticamente uma cidadezinha com hotel, restaurante, teatros, museu, galerias, e até escolas, ela foi projetada com intuito de oferecer aos artistas, brasileiros e estrangeiros, um local de repouso e de intensa concentração e realização de atividades culturais. Em 1958, com a doação do Hotel Fazenda Arcozelo, tem início a saga de PCM para a

---

<sup>11</sup> Além da *Caravana da Cultura*, no período de 62 a 64 Paschoal ainda colaborou na realização de diversas atividades culturais através do CNC, tais como o 1º Encontro de Diretores do Teatro Amador do Norte, II Encontro de Escolas de Dança do Brasil e outros. Minhas primeiras análises sobre *Trem*, *Caravana* e *Barca* constam em PEREGRINO, 2010a e 2010b.

<sup>12</sup> *A Aldeia*, nome fantasia da Associação José Pinheiro Filho, que a partir de 1965 passou a se chamar Fundação José Pinheiro Filho/FJPF; Paty de Alferes emancipa-se em 1987.

realização de seu anunciado sonho, a criação de uma Universidade de Arte. *A Aldeia*<sup>13</sup>, no entanto, só seria inaugurada oficialmente, após vários adiamentos, em 1965.

Desde julho de 1965, funcionava ali a Escola Liddy Mignone para os filhos de operários e lavradores da região, resultado de um convênio da *Aldeia* com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Em 1966, vários eventos são realizados na Aldeia: Festival de Música Sacra, Seminário de Educação e Teatro Popular, festivais de ópera, de música de vanguarda, de jazz, de Dança Nova, de Arte Negra e de cinema novo do Brasil, além de recitais (Wanda Oiticica, Maria Luiza Vaz, Quinteto Villa-Lobos, Jacques Klein, Meninos Flautistas de Santa Teresa, Glória Queiróz); e espetáculos programados (Teatro Amador do Trabalho, a Cia. Maria Fernanda, Teatro dos Estudantes de Brasília e Teatro Experimental da Universidade da Guanabara). Em setembro do mesmo ano, foi apresentada a peça *Antígona*, de Sófocles, com direção do gaúcho Miguel Grant. O elenco era formado somente por atores negros.

Mas em 17 de novembro de 1966, *O Jornal* (RJ) noticiava que Paschoal estava vendendo peças de raro valor de sua casa museu em Santa Teresa para pagar as contas de Arcozelo. Paschoal reclamava da falta de apoio do governo ou de empresários. Era o início de uma nova crise financeira. No ano seguinte, o quadro se agravaria. Em outubro, os jornais já anunciam o “fim da Aldeia”. Paschoal realiza uma viagem pelo Brasil para divulgar o V Festival Nacional de Teatro de Estudantes e inicia uma campanha de mobilização nacional para salvar a *Aldeia* – que ficou fechada nos meses de outubro, novembro e dezembro<sup>14</sup>.

Ainda em 66, a questão dos conselhos retorna. Paschoal é indicado por Negrão de Lima, governador do estado da Guanabara, para o Conselho Estadual de Cultura/CEC. No Acervo de Paschoal, há documentos sobre sua colaboração para a criação de um Plano Estadual de Cultura. O papel de Paschoal no CEC seria o de conselheiro. Em dezembro do mesmo ano, o presidente militar, Marechal Castello Branco extingue o CNC e cria o Conselho Federal de Cultura/CFC. Os conselheiros do CFC eram nomeados pelo Presidente da República e eram figuras reconhecidas nacional e internacionalmente. Os jornais da época reclamaram que Paschoal não foi indicado para o novo órgão<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Orlanda, era diretora executiva da Aldeia.

<sup>14</sup> Em 18 de dezembro, Paschoal presta depoimento ao Museu da Imagem e do Som falando sobre a *Aldeia*.

<sup>15</sup> Apenas em 1979, Paschoal seria nomeado conselheiro do CFC. Mas ele já estava doente e não houve tempo para uma atuação direta. Paschoal faleceu em 24 de maio do ano seguinte.

Paschoal, aposentado desde 65 do MRE, parece não querer descanso. Em fevereiro de 68, dirige o *V Festival Nacional de Teatro de Estudantes*, no Rio de Janeiro, com a participação de cerca de 41 grupos teatrais. Este festival seria o mais numeroso em termos de participação de grupos teatrais, o que causa certa estranheza se considerarmos que estamos em 68 durante o regime militar. O festival foi aberto pelo então Governador Negrão de Lima e com a presença de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Presidente da Casa do Estudante do Brasil e a de Meira Pires, Diretor do SNT, representando o Ministro da Educação e Cultura. Embora o MEC tenha concedido verba ao festival, não houve apoio do CFC. No V FNTE, além das peças principais, todos os grupos apresentaram uma peça para crianças. Na manhã de 4 de fevereiro de 1968, cada grupo fez apresentações infantis em colégios, hospitais, asilos, orfanatos, igrejas e/ou jardins públicos no Rio de Janeiro. Algumas peças do festival também foram apresentadas na *Aldeia* de Arcozelo, que foi fechada em seguida.

Em 1969, Paschoal lançou seu livro de memórias *Não me acuso nem me perdôo*, pela Gráfica Record Editora. Cria ainda o Prêmio Coroa de Teatro para peças de autores nacionais. Os vencedores teriam suas peças encenadas no Teatro Duse, o que mostra uma tentativa de reativar este teatro. E em abril, Paschoal anuncia o fim da *Aldeia*. Mas, no ano seguinte, tem início a recuperação da *Aldeia* de Arcozelo com verba concedida pelo Conselho Federal de Cultura/CFC.

Embora os anos 70 sejam um outro capítulo das confluências culturais e políticas de Paschoal, é pertinente apontar rapidamente alguns eventos. O *VI Festival Nacional de Teatro de Estudantes*, é realizado em janeiro de 1971, na *Aldeia* de Arcozelo, com a participação de cerca de 38 grupos teatrais. O festival é inaugurado com a presença de Austregésilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras/ABL e com a participação do Coral da Universidade Gama Filho, sob regência do maestro Abelardo Magalhães. Neste festival foi feita a *Declaração da Aldeia*, que seria enviada ao então Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici. (DECLARAÇÃO DA ALDEIA, In CHIARADIA & MOTTA, 2000, p. 98).

Este documento, tem como exclusivo pedido, solicitar condições para a realização dos próximos FNTEs, por meio de ajuda financeira, como vemos no Art.5, que deveria “*ser efetuada através do Ministério da Educação e Cultura*” e não deixa de ser audaciosa considerando o regime e o período vigentes. Integração nacional e cultura da juventude, pontos destoantes da agenda do regime, militar e assim a Declaração prossegue em seu Art. 4: “(...) *levamos às autoridades (...), a nossa reivindicação de um*

*apoio total a esta nossa programação, em termos de ajuda financeira, e em termos de uma verdadeira liberdade de expressão da nossa intelectualidade”.*

Certamente, o conteúdo da *Declaração da Aldeia* não foi bem recebido. Até o final do Governo Médici, o FNTE não teve verbas para sua realização<sup>16</sup>. O *VII Festival Nacional de Teatro de Estudantes*, foi realizado apenas em fevereiro de 1975, sob o Governo Geisel (1974-1979) com cerca de 24 grupos teatrais participantes e aberto pelo Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, e presença do Governador Raimundo Padilha. Embora tenha tido patrocinadores, o VII Festival foi o último FNTE e só apresentou peças de teatro infantil. Também não houve premiação.

### **Considerações finais**

Os aspectos até aqui destacados, confirmam a sentença de Maar (1982): “os intelectuais são personagens a um tempo políticos e culturais, conferindo representação cultural à política, e direção política à cultura”. Essa é uma dimensão muito importante para compreender quem foi e como atuou Paschoal. Vimos como ele foi capaz de convergir cultura e política, do que os FNTEs são um bom exemplo. Materialmente, é possível dizer ainda que parte de seus projetos culturais convergiram para o espaço físico da *Aldeia* de Arcozelo.

### **REFERÊNCIAS: fontes primárias**

Acervo Paschoal Carlos Magno. Cedoc/Funarte

Arquivo dos Conselhos Federais de Cultura (CNC, CFC e CNPC).FCRB/MinC

### **REFERÊNCIAS: bibliografia**

ANDRADE, Carlos Drummond de. *O observador no escritório*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. IN AMADO, J. & FERREIRA, M. M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro FGV, 1996.

CHIARADIA, F. & MOTTA, G. *Cronologia Paschoal Carlos Magno*. Rio de Janeiro: CEDOC/FUNARTE, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço - o historiador e os encantamentos dos arquivos privados. In *Revista Estudos Históricos*, 1998.

MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAGNO, Paschoal Carlos. *Depoimentos II*. Rio de Janeiro: SNT, 1977.

MAGNO, P. C. *Não acuso nem me perdôo*. Diário de Atenas. Rio de Janeiro: Record, 1969.

MONTELLO, Josué. In: *Revista CULTURA*, n. 4, 1967.

PEREGRINO, Miriane. Cenário de conflitos: disputas no campo da cultura (1970-1979), *Cadernos de Iniciação Científica*, 3. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

\_\_\_\_\_. *Relatório Interno*. Inventário e descrição de séries documentais do Acervo Paschoal Carlos Magno: Homem de Cultura, Estudante Perpétuo, Político, Diplomata, Família PCM e Documentos Pessoais. Rio de Janeiro: CEDOC/FUNARTE, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Planejamento Anual de Atividades do PEP/IPHAN*. Rio de Janeiro: Programa de Especialização em Patrimônio-PEP/IPHAN, 2010b.

RUMO, revista de cultura. Número especial comemorativo do 40º Aniversário da CEB: 1929-1969. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1969.

---

<sup>16</sup> Acredito ser importante observar que entre 1929 e 1971 a CEB era presidida por Ana Amélia Carneiro de Mendonça. Só em 71, com o falecimento de Anna Amélia, Paschoal assume a presidência da casa.